

Economia Solidária e Saúde Mental: reflexões sobre uma experiência de incubação

Letícia Luana Costa Fabretti¹

Giovana Domingos da Silva²

Ana Maria Rodrigues de Carvalho³

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo destacar a trajetória da Associação de Usuárias/os, Familiares e Amigas/os da Saúde Mental de Assis – PIRASSIS, dando continuidade ao registro das experiências de assessoria realizadas pela equipe da Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp⁴ Assis – Incop Unesp Assis.⁵ Nos utilizamos da reflexão sobre o processo de incubação durante os anos de 2018 e 2019, sobretudo no que tange às iniciativas da Economia Solidária, visando geração de trabalho e renda e sua relação com os princípios da Estratégia Atenção Psicossocial, proposta decorrente da Reforma Psiquiátrica e do Movimento da Luta Antimanicomial, em sintonia com a concepção de Redes. Ao longo do relato, refletimos sobre as experiências de campo vivenciadas e destacamos a articulação existente entre Economia Solidária e Saúde Mental.

Palavras-chave: economia solidária; saúde mental; reabilitação psicossocial.

Abstract: The objective of this research is to highlight the trajectory of Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Assis - PIRASSIS, continuing the registration of advisory experiences carried out by the Incubadora de Cooperativas Populares da Unesp Assis - Incop Unesp Assis. We use the reflection on the incubation process during the years 2018 and 2019, especially with regard to Solidarity Economy initiatives, aiming generation of work and income and its relationship with the principles of the Psychosocial Care Strategy, proposal resulting from the Psychiatric Reform and the Anti-Asylum Fight Movement, in line with the conception of networks. Throughout the report, we reflected on the field experiences lived and highlighted the existing link between Solidarity Economy and Mental Health.

Keywords: solidarity economy; mental health; psychosocial rehabilitation.

Introdução

A Economia Solidária propõe um modelo alternativo para a organização da produção e da oferta de serviços, apontando para a transformação social, “[...] proporcionando uma distribuição mais justa da renda e estimulando relações sociais e de produção e consumo baseadas na

1 Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista - "Júlio de Mesquita Filho" (2015 - 2020) com atuações na Rede Pública de Saúde pela abordagem da Psicologia Social e Psicanálise, tendo ênfase em: Saúde Coletiva, Saúde Mental e Gênero e Sexualidade.

2 Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp - Campus de Assis. Áreas de atuação: Economia Solidária, Saúde Mental e Sexualidade e Gênero. Psicóloga na Atenção Psicossocial e Atenção Básica - Secretaria Municipal da Saúde de Assis/SP.

3 Doutora em Psicologia Social - USP SP. Professora aposentada pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp - Campus de Assis. Professora voluntária e Coordenadora da Incubadora de Cooperativas Populares Unesp Assis.

4 Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Assis.

5 O primeiro registro ocorreu com a elaboração do trabalho apresentado no II Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária – CONPES, em 2018, UFSCar, São Carlos, no qual procurou-se refletir sobre os métodos de incubação e os desafios e potencialidades do início da parceria.

cooperação, na solidariedade e na satisfação e valorização dos seres humanos e do meio ambiente.” (MELLO, 2005, p. 152).

A organização coletiva de trabalhadoras/es, ao constituírem um empreendimento econômico solidário, seja uma cooperativa, associação ou grupo informal, desencadeia um complexo movimento de aspectos objetivos e subjetivos. Reúnem-se pessoas com experiências e saberes distintos, mas com alguns propósitos em comum, como o de gerar trabalho e renda sem a presença do patrão. Elas se tornam sócias! A construção dessa realidade democrática requer a desconstrução de lógicas já incorporadas no cotidiano de uma sociedade capitalista, cujos valores são antagônicos aos da Economia Solidária. Aos invéses da competição, a cooperação; o grande trunfo não reside na conquista individual, mas no fortalecimento do coletivo; no lugar da obediência, o protagonismo.

Neste sentido, essas pessoas colocam-se diante de diversos desafios, desde a organização do processo produtivo ao estabelecimento de novos tipos de relações sociais e econômicas, agora solidárias. Não é pouco para pessoas educadas a cumprirem ordens terem que planejar o próprio trabalho, destacando-se ainda o processo de expropriação de saberes ao qual as/os trabalhadoras/es foram submetidos a partir da divisão social do trabalho. Afeitas, em geral, à execução de uma parcela do processo do trabalho, impedidas de terem a visão do todo, bem como do produto final, essas pessoas, agora não mais empregadas, mas sócias-trabalhadoras, são solicitadas a exercitarem e/ou desenvolverem suas capacidades de antevisão de resultados, de efetuarem controles administrativos, de realizarem a gestão do próprio empreendimento. E mais, guiadas por princípios democráticos, a partir de novas formas de relações sociais.

Esta forma de organização das relações de produção, além da geração de renda, proporciona uma educação democrática e construção de redes que viabilizam experiências novas de arranjos socioculturais e de convivência solidária e cooperativa.

Singer (2008) previa que essas transformações atingiriam não só as pessoas diretamente envolvidas com o trabalho organizado a partir dos princípios da Economia Solidária, mas suas relações coletivas, econômicas e familiares, estimulando a constituição de uma nova sociedade articulada de modo não tão competitivo ou mesmo antagônico.

Ao pensarmos na articulação entre Saúde Mental e Economia Solidária, partimos da construção de Andrade (2000) sobre a relação loucura – trabalho como sendo parte da elaboração de uma política pública intersetorial. A autora aponta o trabalho como meio de interlocução entre essas duas políticas públicas, em curso desde 2004. A junção destas gera reflexões a respeito da relação quanto ao modo, ao significado e ao impacto do trabalho na vida das/os que buscam inclusão social. Dessa forma, sua execução é compreendida através dos significados que lhe são atribuídos, como: “[...] recurso terapêutico, como direito humano, como produtor de subjetividade, como possibilidade

concreta de cidadania e de emancipação como instrumento de autonomia dos usuários dos serviços.” (ANDRADE et al, 2013, p. 179).

E Singer (2005), ao referir-se às articulações entre Saúde Mental e Economia Solidária, destaca que:

[...] a economia solidária e o movimento antimanicomial nascem da mesma matriz – a luta contra a exclusão social e econômica. Uns são excluídos (e trancafiados) porque são loucos, outros porque são pobres. [...] A matriz comum de ambos é uma sociedade que fabrica pobres e loucos de modo casual e inconsciente. (p. 11).

Estratégia Atenção Psicossocial versus Modelo Asilar

Compreendemos, como Singer, essa raiz em comum entre Economia Solidária e Reforma Psiquiátrica, a partir de uma conquista social por uma maior inclusão no que tange à visibilidade e existência, perante uma sociedade que vive em constante tentativa de apagamento desses corpos loucos e pobres.

A construção da política pública do Ministério da Saúde, centrada na Atenção Psicossocial, decorreu de longo processo histórico de lutas populares, em crescimento constante, desde o final da década de 70. Nesse período, a Reforma Psiquiátrica, juntamente com a Reforma Sanitária, reivindicava uma compreensão inovadora do termo saúde em sua associação ao bem-estar, em favor da mudança dos modelos de atenção e gestão nas práticas de saúde, defesa da saúde coletiva, equidade na oferta dos serviços e protagonismo das/os trabalhadoras/es e usuárias/os dos serviços de saúde nos processos de gestão e produção de tecnologias de cuidado (BRASIL, 2005, p. 6).

Costa-Rosa (2013) destaca que o entendimento existente sobre saúde mental – no período anterior à Reforma Psiquiátrica – era baseado no princípio antagônico de “saúde-doença”, patologizando aquilo que destoava do “normal”. Em correlação a esse princípio, encontrava-se o de “doença-cura”, responsável por empregar diagnósticos e tratamentos na tentativa de se obter uma cura (ou exclusão) que correspondesse aos ideais sociais. O paradigma psiquiátrico hospitalocêntrico medicalizador (PPHM) engloba ambas visões. No início da década de 80, temas como loucura e suas formas de institucionalização – no contexto de uma política de exclusão e isolamento, somados à violência sofrida pelas/os internas/os dentro dos estabelecimentos – deram origem a um movimento social que exigia do Estado a concretização dos direitos à saúde da população. A partir da atualização do termo saúde, concebido como “[...] *resultante da complexidade de fatores sociais, econômicos, culturais e políticos* [...]” (YASUI, 2006, p. 25), em 1987, foi realizado o II Congresso Nacional do MTSM – Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, em Bauru/SP, que adotou o lema “Por uma sociedade sem manicômios”. Nesse ano, surgiu o primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no Brasil, na cidade de São Paulo.

Estabelece-se na Atenção Psicossocial que qualquer sofrimento psíquico há de ser acolhido de maneira horizontalizada, abandonando-se todas as relações de poder autoritárias e verticalizadas. Ao compreender a pessoa como particular e responsável por seu tratamento, possibilita-lhe a compreensão de suas próprias questões e o direito de viver integrado a uma estrutura social que ainda reluta quanto à sua inclusão.⁶

As redes na Estratégia Atenção Psicossocial

A concepção de rede é assunto discutido pelas Ciências Sociais desde o século XVII e implica em inter-relações sociais entre pessoas e grupos que se articulam formando uma teia de conexões. (COSTA, 2017). Abrangendo o conceito no contexto da Estratégia Atenção Psicossocial, Costa-Rosa sugere o termo “*redes sociais de contratualidade*” e as define “[...] *como a multiplicidade de vínculos que podem abrir para os indivíduos a possibilidade efetiva de realizar trocas econômico-produtivas, socioculturais, afetivo-relacionais e subjetivas [...]*” (2008, p. 1). Segundo o autor, a relevância de se pensar em redes desta maneira evidencia-se quando a Atenção Psicossocial preconiza o retorno dos sujeitos institucionalizados ao convívio familiar e social e o tratamento do sofrimento psíquico em espaços abertos territorializados. Neste sentido, implementar redes tem o propósito de aumentar o poder de contratualidade dos indivíduos.

Quanto mais complexo for o conjunto das redes maior será a autonomia do indivíduo, pois mais amplas e complexas serão suas interdependências e suas referências: a casa, os familiares, os amigos, outros relacionamentos afetivos, as trocas comunicacionais, as trocas socioeconômicas, intercâmbios e experiências culturais (COSTA-ROSA, 2008, p. 1).

Cabe destacar que, de acordo com Quinderé et al (2014), a alta complexidade que exige a assistência do Sistema Único de Saúde (SUS) demanda a constituição de redes assistenciais. As/os autoras/es ressaltam que nenhum equipamento ou serviço de saúde pode ser considerado autossuficiente e, portanto, as redes são determinantes para o funcionamento do cuidado.

Neste sentido, a Portaria nº 3.088 de 23/12/2011, estabeleceu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) como referência de atenção dos casos de pessoas em sofrimento psíquico e com necessidades devido ao uso de crack, álcool e outras drogas. Projeto de implementação de serviços descentralizados e investimento em equipamentos e equipes de saúde capazes de se conectarem e agenciarem os diferentes níveis e âmbitos dos serviços, garantindo o atendimento às demandas dos sujeitos em sofrimento, em sua mais alta complexidade. Dentre os equipamentos que compõem a RAPS, o CAPS representa o principal dispositivo estratégico, posicionando-se como a referência de Saúde Mental para a Atenção Primária, Secundária e Terciária. O serviço se divide nas modalidades CAPS I, CAPS

⁶ FABRETTI, Letícia; BENELLI, Sílvia. O lugar do Acompanhante Terapêutico nas equipes multidisciplinares da rede pública de saúde. Relatório de Pesquisa. FCL Unesp Assis. 2019.

II, CAPS III, CAPS AD, CAPS AD III e CAPS i, de acordo com o porte, a complexidade e o tamanho da população (COSTA, 2017, p. 103 e 104).

A Reabilitação Psicossocial, constituída por iniciativas de geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais, também compõe a RAPS, juntamente com outros equipamentos, equipes de saúde e instituições destinadas à oferta de tratamento para pessoas em sofrimento psíquico. O objetivo principal dessas iniciativas é a articulação das redes de saúde e de Economia Solidária com os recursos do território, visando assegurar às pessoas usuárias e suas famílias melhorias das condições de vida, desenvolvimento da autonomia, contratualidade e inclusão social. (BRASIL, 2011).

A reabilitação psicossocial é uma estratégia global, múltipla, ética e de solidariedade, que ajuda os sujeitos a lidarem com sua doença em meio aos seus afazeres cotidianos, sua contratualidade afetiva, social, econômica, e viabiliza o melhor nível possível de autonomia para a vida em comunidade (PITTA, 2001; SARACENO, 1999 apud PITIÁ; FUREGATO, 2008, p. 71).

Metodologia do Trabalho: tecendo redes com a PIRASSIS

A Incop Unesp Assis⁷, desde 2006, acompanha, em diversos municípios do Oeste Paulista, associações e cooperativas, atuando junto aos segmentos de catadoras/es de materiais recicláveis, agricultura familiar, rede de consumo solidário e responsável e usuárias/os de serviços de saúde mental (a PIRASSIS, mais recentemente). Sua metodologia baseia-se em referenciais teórico-críticos e na articulação de conhecimentos acadêmicos e populares, buscando produzir a superação das contradições históricas e a transformação da realidade econômica e social.

O acompanhamento dos empreendimentos ocorre por meio de visitas, reuniões semanais, capacitações e oficinas temáticas, visando contribuir para o desenvolvimento desses, intermediar suas relações com gestores públicos e outras instituições, bem como incentivar a organização política das/os trabalhadoras/es. Concomitantemente, a equipe também assessora gestoras/es públicas/os na elaboração e implementação de políticas de inclusão produtiva e estimula atividades de fortalecimento da Economia Solidária, como a organização de fóruns locais e regionais. (MENDES *et al.*, 2014).

A PIRASSIS foi constituída em 2002, por iniciativa de trabalhadoras/es e usuárias/os do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS II de Assis/SP que, a partir da produção de artefatos em

⁷ A Incop Unesp Assis constitui-se em Projetos de Extensão Universitária, cadastrados e financiados pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PROEX.

Ao mesmo tempo, é Núcleo de Estágio Profissionalizante da Graduação em Psicologia.

As atividades desenvolvidas, nesse período, contaram também, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Ministério do Trabalho, Subsecretaria de Economia Solidária - SENAES (Chamada CNPq/MTb- SENAES 27/2017).

oficinas do serviço de saúde, encontraram uma alternativa para a geração de renda. (LAZARI *et al*, 2018).

No decorrer de sua trajetória, a PIRASSIS, sempre vinculada ao CAPS, estreitou relações com pessoas, coletivos e instituições comprometidos com os princípios da Reforma Psiquiátrica e da Economia Solidária. Dentre essas/es parceiras/os, destacaram-se a Unesp Assis, por meio de núcleos de estágios do curso de Psicologia e o Circuito de Interação de Redes Sociais – CIRCUS, que também atua com a Economia Solidária (Idem, p. 6).

No entanto, com “[...] o encerramento do Núcleo de Estágio Modo de Atenção Psicossocial da UNESP/Assis em 2016, parte das/os estagiárias/os que desempenhavam atividades no CAPS e na PIRASSIS perderam o vínculo com as instituições [...]” (Ibidem, p. 7). A situação na Associação apontava para a importância da retomada de processos educativos que pudessem fortalecer os princípios da Economia Solidária, situação essa que oportunizou a parceria com a equipe da Incop Unesp, em 2017.

Os planos para assessoria de empreendimentos de economia solidária, ainda que orientados por um roteiro, expressam particularidades da situação e das relações que estabelecidas entre trabalhadoras/es e equipe. No processo de incubação da PIRASSIS alguns pontos foram priorizados: reorganização das reuniões semanais, nas quais se dava o processo de gestão; recomposição das frentes de trabalho; mapeamento das parcerias existentes e dos espaços de comercialização; pequeno número de pessoas participando das atividades da Associação. Para tanto, foram restabelecidos pactos e objetivos da PIRASSIS.

É importante ressaltar que essa “reformatação” e demais propostas de assessoria eram colocadas no grupo como sugestões, cuidando para evitar engendramentos cristalizadores. Sistemáticamente, o processo de incubação considerou a organicidade do grupo, as histórias de vida, os afetos e as espontaneidades todas, tendo como norte uma postura política antimanicomial (LAZARI *et al*, 2018, p. 9).

No cotidiano do trabalho de campo, a equipe composta por duas estudantes, buscava adotar estratégias de assessoria fundamentadas nos objetivos estratégicos da Incubadora: acadêmicos, econômicos e sócio-políticos. Para tanto, reuniam-se para refletir sobre o acompanhamento do grupo e efetuar o planejamento das atividades de campo. Os encontros semanais com o empreendimento eram voltados ao desenvolvimento de atividades de formação, levantamento de propostas de melhorias dos processos de trabalho, organização das “retiradas” das/os trabalhadoras/es. Além disso, a equipe envolvia-se com diversas outras tarefas como, junto às/aos associadas/os, cotar preços dos insumos, participar das produções e vendas, articular a participação da Associação em espaços de comercialização, culturais e políticos.

A assessoria debruçou-se, ainda, sobre as questões administrativas e burocráticas, visando à regularização de documentos e revisão do Estatuto, tornando-o mais adequado às práticas atuais da PIRASSIS. A capacitação, uma estratégia permanente, atravessava todos os encontros, fossem reuniões, oficinas de produção ou outros espaços, como os de comercialização⁸. Eram sempre conversas e atividades norteadas pelos princípios da autogestão e do cooperativismo, contribuindo para as práticas de trabalho (produção e comercialização) e auxiliando na divisão das retiradas.

É importante destacar que no início de 2018, tanto em decorrência dos esforços empenhados nos primeiros momentos de incubação, em busca do fortalecimento da Associação, bem como da mudança de endereço do CAPS II de Assis, vindo para um prédio na região central da cidade, materializou-se a oportunidade para que a sede da PIRASSIS, antes situada no CAPS II, fosse transferida para o Ponto de Cultura Galpão Cultural, localizado bem próximo ao novo endereço do Serviço de Saúde. Essa mudança foi extremamente significativa para a Associação. O compartilhamento do espaço com coletivos diversos possibilitou maior contato das/os usuárias/os com outros grupos, bem como a participação na gestão daquele espaço coletivo. Como consequência, ampliou-se consideravelmente a rede de relações sociais, culturais, educacionais e de trabalho da PIRASSIS.

Neste contexto, a Associação reaproximou-se da CIRCUS e de pessoas e coletivos artísticos que começaram a contratar seus serviços culinários para eventos realizados no Galpão Cultural. Estreitou sua parceria com os agricultores familiares do Assentamento de João Ramalho/SP e com a Rede de Consumo e Comercialização Trem Bão, passando a comprar seus hortifrutigranjeiros, constituindo um bonito movimento de transações solidárias. Também foi possível à PIRASSIS conquistar novos espaços para comercialização de seus produtos: Feira Noturna de Assis, quinzenalmente, na região central e Feira de Economia Solidária, mensalmente, do Galpão Cultural. Toda essa movimentação contribuiu para uma maior visibilidade da Associação. A possibilidade de adentrar espaços culturais sempre causou muito entusiasmo nas/os associadas/os. A partir dessas experiências, foram criando vínculos com pessoas e ambientes, o que para muitas/os antes era impensável. Diversas vezes relataram estar frequentando esses lugares com a família e encontrar amigas/os, fora do horário de trabalho.

A participação em reuniões e fóruns regionais de Economia Solidária e nos Fóruns do Galpão Cultural e da Rede Trem Bão também foi geradora de muita expectativa nas/os associadas/os. Nesses encontros, elas/es tinham oportunidade de viajar para outras cidades e entrar em contato com empreendimentos e coletivos antes desconhecidos. Esses compromissos também representaram

⁸ Destaque para a Oficina “Precificação e Preço Justo”, coordenada por Caio Momesso (pesquisador do CEAPG).

importantes espaços de formação política. Aprendizados ressoavam e sempre apareciam nas falas das/os associadas/os em momentos de trabalho e da reunião de gestão.

Essas vivências impulsionaram, ainda, o desejo dessas pessoas de adentrar em órgãos de controle social. Desde o final de 2019, a PIRASSIS tem participado da constituição e organização do Fórum Assisense de Economia Solidária (FAES) e lutado por uma vaga no Conselho Municipal Sobre Drogas de Assis (COMUD).

Fragmentos do cotidiano da PIRASSIS: o trabalho e as afetações

Desde o início do processo de incubação, a Associação contou com a participação mais ativa de cerca de dez usuárias/os e algumas/uns estagiárias/os da Unesp Assis, dentre as/os quais duas assessoras da Incop Unesp Assis. Juntas/os compuseram, como frente principal de trabalho, uma oficina de culinária. A partir dela foram experimentadas diversas receitas, entre as quais “receitas de família” trazidas pelas/os associadas/os, posteriormente comercializadas em ambientes públicos.

Em 2019, construímos coletivamente a estratégia “reunião de gestão” para avaliação e planejamento de atividades. Nessas reuniões semanais, no Galpão Cultural, eram traçados planos de trabalho para os próximos eventos, discutidos cardápios (produtos necessários, onde providenciar, por quem), definidas as divisões de tarefas e os turnos de vendas, efetuados os cálculos e partilhas das “retiradas”, decorrentes das comercializações. Sem romantizar, não eram tarefas fáceis, nem para as/os associadas/os, nem para a equipe.

Outra estratégia construída estava no processo produtivo: encontros para a preparação dos alimentos, de modo rotativo para que todas/os pudessem participar da execução daquela receita. Divididas/os em pequenos grupos trabalhavam para fazer uma torta, com ritmos distintos: certa turma preparava os ingredientes – “mise en place” (para soar “chique”); outra preparava a massa, outra limpava o espaço. E ainda, o grupo que ia para a área externa do Galpão fumar cigarro e conversar, entendido como espaço de “ambiência”, sempre muito necessário para a realização dos acolhimentos daquelas/es que não estavam se sentindo bem naquele dia.

Nesses encontros eram debatidos assuntos relacionados aos entraves sociais que as/os atingiam, possibilitando uma abordagem política, para além do foco de uma oficina terapêutica. Era possível apreender suas reflexões sobre o tratamento no serviço de saúde, a utilidade dos dispositivos extramanicomiais, a importância daquele trabalho de geração de renda e emancipação social.

Enquanto cozinhavam, as/os associadas/os costumavam comparar fases da vida: antes e depois do envolvimento com a PIRASSIS, observando as diferenças. Era comum ouvirmos relatos do que aquela receita escolhida representava a cada um deles. Algumas/uns diziam com muita tristeza que antes do “diagnóstico da doença” costumavam cozinhar para filhas/os ou parentes e depois, isso ficou perdido dentro deles. Outras/os relatavam que nunca haviam cozinhado, que era uma novidade

muito interessante; que se pensavam “incapazes” de poder segurar uma faca dentro de casa e o quanto aquele espaço era libertador.

Finalizado o processo de trabalho, a estratégia era compor os turnos de vendas, conforme os espaços e produtos. Na Feira Noturna, quinzenalmente, eram vendidos salgados e doces: tortas, “pastelões”, esfirras, bolachinhas de nata, bolos de pote ou em pedaços, entre outros. Na Feira de Economia Solidária eram vendidas bebidas “patenteadas” como “SucoPira” e “Chá PIRASSIS”. Em ambas, era comercializado o sabão líquido ecológico “Pirabão”⁹. Esses espaços de comercialização, feiras e eventos, eram sempre permeados por muitos acontecimentos e encontros.

Processos de produção e venda finalizados, no próximo encontro ocorria a última estratégia, sempre muito polêmica: as retiradas das/os associadas/os, a partir da contagem dos turnos trabalhados. Esses momentos exigiam grande esforço, exercício de diálogo e de compreensão da autogestão, o que nem sempre era possível para todas/os. Percebíamos, muitas vezes, certo “desespero” quando o valor recebido era menor do que as expectativas pessoais. Ocasionalmente, por falta de consenso, a reunião era encerrada sem finalizar os valores a serem partilhados. Em assembleia, deliberaram por retiradas mensais, no “dia do pagamento”, definidas a partir da apresentação dos valores arrecadados, despesas e tempo de trabalho de cada. Essa proposta causou muita ansiedade a algumas/uns associadas/os, gerando discussões e até mesmo brigas durante as reuniões. Nesses momentos, só nos cabia realizar o manejo e compreensão do sofrimento individual, propondo uma abertura ao diálogo para que todas/os fossem contempladas/os por suas infelicidades e expectativas frustradas, todavia, à luz da realidade concreta.

Concomitantemente a esses trabalhos de autogestão e autoconhecimento da Associação, dávamos andamento ao processo de revisão do Estatuto e realização das novas eleições. A equipe de assessoria debruçou-se nas atividades burocráticas, atualizando os demais nas “reuniões de gestão”, apesar das dificuldades de compreensão. A realização da assembleia e seus resultados foram muito significativos e prazerosos. Tudo foi didaticamente planejado, especialmente a apresentação das responsabilidades da Diretoria, do Conselho Fiscal e respectivos cargos a serem eleitos. A despeito dos entraves por conta de algumas/uns associadas/os serem tutelados por familiares e outras/os que não gostariam de assumir grandes responsabilidades, tudo deu certo. No decorrer da reunião foram compreendendo que aqueles cargos, apesar do nome colocado, seria responsabilidade de toda a Associação e que o presidente não decidiria nada sozinho, por exemplo. Percebemos um crescente ânimo pela possibilidade de se responsabilizarem por um espaço que entendiam enquanto delas/es próprias/os, e que a manutenção e preocupação daquilo dependeria unicamente delas/es.

9 O grupo aprendeu a fazer o sabão em uma Oficina da Secretaria do Meio Ambiente de Assis.

Conseguimos finalizar a eleição com todos os cargos preenchidos e com uma grande euforia no ar por aquela conquista. Entenderam a dimensão de estarmos “dentro da lei” e que a partir dali a Associação estaria na legalidade. Por mais trabalhoso e demorado que esse processo possa ter sido, é importante ressaltar que percebemos que as/os usuárias/os não estavam em uma posição alienante de toda aquela situação, somente aceitando o que dizíamos, elas/es fizeram parte assídua de toda essa construção coletiva, exigiram entender de fato o que estava acontecendo, mesmo que demandasse pautar por duas ou mais reuniões de gestão as burocracias. Não havia pressa de resolução, havia somente a vontade de entender enquanto sócias/os de um trabalho coletivo.

Considerações Finais

As atividades da PIRASSIS, quando vistas pela perspectiva da geração de trabalho e renda, ainda requerem avanços, a dependerem da superação de desafios de ordem objetiva e outros, simbólicos. Entre os desafios concretos cabe destacar: ampliação dos espaços de aprendizagem, como oficinas visando fortalecer o processo de criação e aperfeiçoamento da produção, inclusive dos artesanatos em geral; a construção de um processo participativo para a criação de uma marca para os produtos que possa dar identidade visual, articulando o Movimento da Luta Antimanicomial e da Economia Solidária. Com relação aos desafios de natureza simbólica, apenas possíveis de serem superados, em médio e/ou longo prazo, merece atenção o sentido dado pelas/os usuárias/os aos espaços e fazeres na PIRASSIS.

O certo é que, até agora, a renda gerada às/aos usuárias/os tem sido simbólica, não supre suas necessidades, certamente, apenas produz uma satisfação pela recompensa recebida. No entanto, por ser pequena tem sido para algumas/uns motivo de frustração, para outras/os, oportunidade de manifestação das expectativas de um futuro mais promissor, a partir da luta de todas/os.

A despeito de sua relevância, os aspectos econômicos não têm sido os mais destacados pelos envolvidos com as atividades da PIRASSIS; seus encontros têm sido espaços valiosos de socialização entre usuárias/os e estudantes. Momentos de resgate e relatos de histórias e experiências pessoais e familiares, de compartilhamento e valorização de seus saberes, competências e habilidades, de reconhecimento de si, a partir dos olhares de outras pessoas, de fortalecimento identitário e de elevação da auto estima. Em complemento, os encontros da PIRASSIS com a comunidade, em feiras, festas, fóruns, entre outros, têm sido marcados por muita alegria e reconhecimento social. Momentos para “um dedo de prosa”, rever pessoas conhecidas, apresentar companheiras/os, comercializar produtos, enfim, de diversão e trabalho juntos.

Finalizando, destacamos que o trabalho em rede é um dos pressupostos da Atenção Psicossocial e da Economia Solidária. No caso da PIRASSIS, é evidente como a incrementação da rede de contratualidade social tem contribuído para sua afirmação enquanto uma associação de

geração de trabalho e renda, para além do viés terapêutico. Ao tecer suas redes, enquanto trilha sua trajetória e reafirma sua identidade, a PIRASSIS abre caminhos para que suas/seus associadas/os conquistem espaços, criem e fortaleçam vínculos, implicando-se em seus processos subjetivos e socioculturais.

Referências

ANDRADE, Márcia Campos. O trabalho como interlocutor entre a saúde mental e economia solidária. In F. HASHIMOTO, Francisco (Org.), **Psicologia e trabalho: desafios e perspectivas**. Assis: UNESP, 2010. p. 241-266.

ANDRADE, Márcia Campos *et al.* Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 1, 2013. p. 174-191. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 3.088/2011. Preconiza o atendimento a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, n. 96, 21 mai. 2011. Seção I, p. 37-38. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html. Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. **Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas**. OPAS. Brasília, D.F; MS, 2005. 56 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf. Acesso em: 31 jul. 2019.

COSTA, Maico Fernando. Concepções de rede e estratégia na Atenção Psicossocial: diferenças, contradições e (inter)conexões. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.9, n.22, 2017. p. 98-112. Disponível em: <http://stat.cbsm.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/viewFile/3369/5005>. Acesso em: 14 ago. 2020.

COSTA-ROSA, Abílio da. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica: contribuições a uma clínica crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva**. São Paulo: Ed. UNESP, 2013. 334 p. Disponível em: <http://medicalizacao.org.br/wp-content/uploads/2014/08/0.-Costa-Rosa-A.-Aten%C3%A7%C3%A3o-Psicossocial-al%C3%A9m-da-Reforma-Psiqui%C3%A1trica-vers%C3%A3o-revisada.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2019.

COSTA-ROSA, Abílio da. **Redes de contratualidade social em sujeitos do sofrimento psíquico grave: Integrando a Estratégia Saúde da Família e Estratégia Atenção Psicossocial no Território**. Assis: Unesp. 06 p. mimeo.

LAZARI, Daiane; DOMINGOS, Giovana; CASADORE, Marcos Mariani; CARVALHO, Ana Maria Rodrigues de. *Experiência de incubação em uma associação de usuárias/os de saúde mental: perspectivas e potencialidades*. In: **II CONPES - Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária**. 2018, São Carlos/SP, UFSCar. p. 01-20. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/iiconpes/gt07/1/lazari_daianep.m.de_domingos_giovana_casadore_marco_sm..pdf. Acesso em: 25 fev. 2019.

MELLO, Sylvia Leser de. In FÍGARO, Roseli (Org.). **Gestão da Comunicação: no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo, Atlas, 2005. p. 151-158.

PITIÁ, Ana Celeste de Araújo; FUREGATO, Antônia Regina Ferreira. O Acompanhamento Terapêutico (AT): dispositivo de atenção psicossocial em saúde mental. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 13, n. 30, 2008. p. 67-77. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832009000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 mar. 2019.

QUINDERÉ, Paulo Henrique Dias; JORGE, Maria Salete Bessa; FRANCO, Túlio Batista. Rede de Atenção Psicossocial: qual o lugar da saúde mental? **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, 2014. p. 253-271. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v24n1/0103-7331-physis-24-01-00253.pdf>. Acesso em 22 mai. 2019.

SANTIAGO, Eneida; YASUI, Silvio. O trabalho como dispositivo de atenção em saúde mental: trajetória histórica e reflexões sobre sua atual utilização. **Revista de Psicologia da UNESP**. v.10 n.1, 2011. p. 195-210. Disponível em: <http://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/582>. Acesso em 04 fev. 2019.

SARACENO, Benedetto. **Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Instituto Franco Basaglia. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Te Corá, 1999. 175 p.

SINGER, Paul. Saúde Mental e Economia Solidária. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social pelo trabalho**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. p. 11-12. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/SAUDE_MENTAL_ECONOMIA_SOLIDARIA.pdf. Acesso em 09 mai. 2019.

SINGER, Paul. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. **Estud. av.**, vol. 22 n°. 62. São Paulo, Jan./Abr. 2008. p. 288-314. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>. Acesso em 12 jul. 2018.

YASUI, Silvio. **Rupturas e encontros: desafios da reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2006. 208 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4426/2/240.pdf>. Acesso em 15 ago. 2018.